

COLEÇÃO
Direito
PROCESSUAL
na Ordem
CONSTITUCIONAL

Coordenadores
Luiz Rodrigues Wambier
Fábio L. Quintas
Georges Abboud

Poderes do juiz no Processo Civil e sua conformação Constitucional

Newton Ramos

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

R175p Ramos, Newton.
Poderes do juiz no processo civil e sua conformação constitucional /
Newton Ramos – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
240 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2734-3.

1. Direito Processual Civil. 2. Poderes do juiz. I. Ramos, Newton. II. Título.

11480413

CDD 341.4651

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PRIMEIRA PARTE: PREMISSAS IDEOLÓGICAS DA DIREÇÃO DO PROCESSO	25
2.1. Exposição dos modelos tradicionais	25
2.1.1. O modelo ativista	25
2.1.2. O modelo garantista	33
2.1.3. O modelo cooperativo	36
2.2. Cooperação: princípio ou técnica processual?	40
2.3. A cooperação no modelo democrático de processo: uma via intermediária entre o ativismo e o garantismo?	48
2.3.1. Cooperação processual e seu sentido dogmático	48
2.3.2. Legitimação do processo cooperativo e os riscos da má compreensão do modelo proposto	51
2.3.3. A questão do "agir estratégico" e o sentido adequado do dever de boa-fé processual	61
2.3.4. Alguns desdobramentos da cooperação processual na perspectiva democrática	66
3. SEGUNDA PARTE: OS PODERES DO JUIZ NA DOGMÁTICA DO PROCESSO CONTEMPORÂNEO	71
3.1. Poderes instrumentais: a direção formal do processo e sua compatibilização democrática	71

3.1.1.	Gerenciamento de processos judiciais: a gestão do processo como elemento da cooperação processual	71
3.1.1.1.	<i>Court management</i> x <i>case management</i> : uma relação necessária	71
3.1.1.2.	O gerenciamento dos processos judiciais	78
3.1.2.	Traços gerenciais no Código de Processo Civil de 2015	91
3.1.2.1.	Considerações iniciais	91
3.1.2.2.	Panorama geral da atividade do juiz nas diversas fases do procedimento comum	95
3.1.2.3.	A flexibilização procedimental	101
3.1.2.4.	A calendarização processual	106
3.1.2.5.	A cláusula geral de negócio processual	109
3.1.2.6.	A gestão judicial em matéria de admissão da prova	113
3.1.2.7.	Distribuição dinâmica do ônus probatório	116
3.1.2.8.	Poderes instrutórios do juiz	118
3.1.2.9.	As medidas executivas atípicas	133
3.2.	Poderes finalísticos: limites e possibilidades da decisão judicial à luz do paradigma do Estado Democrático de Direito	142
3.2.1.	Os desafios atuais da construção da decisão judicial	142
3.2.2.	O problema do contraditório efetivo e da fundamentação das decisões judiciais	164
3.2.3.	A essência do art. 489, § 1º, do CPC de 2015: por um “novo” modelo de decisão judicial.	181
3.2.4.	A decisão judicial no contexto do sistema de precedentes	196
4.	CONCLUSÃO	215
	REFERÊNCIAS	225